

ARTIGO ESPECIAL

# ANOTAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO\*

*Ricardo Tolipan*

Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

**RESUMO** Este artigo representa um resumo do pensamento de Ricardo Tolipan sobre a história do pensamento econômico, que foi o tema central de suas preocupações acadêmicas durante toda a sua vida.

**Palavras-chave:** história do pensamento econômico, David Ricardo, Piero Sraffa

## NOTES ON THE HISTORY OF ECONOMIC THOUGHT

**ABSTRACT** This article is a summary of Ricardo Tolipan's ideas on the history of economic thought, a theme that has been his major theoretical concern throughout his academic life.

**Key words:** history of economic thought; David Ricardo; Piero Sraffa

---

\* Este artigo foi apresentado no 1º Simpósio do Ensino de Economia, realizado no Rio de Janeiro, em 28/30 de agosto de 1996, tendo sido publicado em Corecon-RJ/IERJ/Sindecon, *O ensino de economia: questões teóricas e empíricas*, Rio de Janeiro, 1996. O editor agradece a Angela Ganem pelo auxílio na seleção e edição deste texto.

## 1. PRELÚDIO À CRÍTICA

Tanto do ponto de vista da dialética quanto do positivismo, o que imediatamente precede a crítica é seu alvo, isto é, a tese — uma positividade. Um prelúdio é, então, um absurdo ou uma redundância.

O que, significativamente, pode se inserir entre a tese e sua crítica? A noção de prolegômeno faz um trabalho introdutório à crítica. Sraffa propõe-se isto no âmbito da teoria econômica? Não creio. O prolegômeno estabelece sucintamente o objeto positivo da crítica, isto é, resume preliminarmente a tese. Em “Produção de mercadorias por meio de mercadorias” não há nada parecido. Inicia-se, imediata e completamente, a construção de um objeto teórico com toda a aparência de positividade.

Não há, por outro lado, história do pensamento num sentido meramente recursivo do termo. Não se faz a genealogia da tese. As poucas referências são de pé de página ou remetidas a notas suplementares. Elas servem, apenas, para lembrar que o uso tópico de alguns dispositivos teóricos no texto só parece inusitado aos olhos da teoria dominante porque esta, de fato, cancelou a memória economista de tudo que no discurso clássico a incomodava.

Mas é, precisamente, no conceito de história do pensamento que se deve procurar a resposta ao sentido de prelúdio empregado por Sraffa. Um sentido que recusa a função meramente rememorativa e apologética da história do pensamento e a trata como teoria e crítica no sentido forte dos termos. O que se interpõe entre a tese e sua crítica como prelúdio é uma preparação já de natureza teórica e crítica da própria tese. Esta não pode ser recebida nos termos da teoria dominante (neoclássica) porque aí ela está deformada com propósitos apologéticos. De fato, a teoria econômica a ser criticada precisa ser reconstituída para fazer aparecer sua duplicidade. A verdadeira tese contém realmente duas versões da teoria do valor; a versão neoclássica, então dominante, e a versão propriamente clássica reprimida no bojo de uma interpretação viciosa que dá falsa unidade analítica ao discurso economista.

O prelúdio tem, então, uma dupla função precípua. De um lado a tarefa teórica de reconstruir o problema clássico e resolvê-lo, pondo de pé a tese por inteiro. De outro lado, apontar criticamente a impossibilidade de todo discurso economista baseado na mercadoria.

O prelúdio tem, assim, um duplo efeito também. De um lado faz aparecer a dualidade analítica da teoria econômica. De outro, faz aparecer sua unidade conceitual profunda em que ambas versões analíticas postulam o capitalismo como originado na mercadoria.

Há, finalmente, mais que isso contido em seu estilo que sempre surpreendeu e intrigou: seu voto wittgensteiniano de silêncio. Sua forma lapidar recusa, ao mesmo tempo, as pretensões da axiomática pura e os avatares do historicismo e do institucionalismo vigentes. “Prelúdio à crítica da teoria econômica”, certamente uma paráfrase irônica a este outro famoso subtítulo: “Crítica da economia política”. Irônica porque, em sua secura monocórdia, é muito mais o prenúncio de um *grand finale* que um prelúdio. Na sua expressão toda contida, esta é a manifestação, em teoria econômica, do espírito de litotes. Expressão de um gosto clássico que reage instintivamente ao abuso arrogante da axiomática e que tem horror à verbosidade romântica que foi o apanágio da literatura crítica e revolucionária do século XIX. A ironia mostra, ainda uma vez, que é o melhor freio à tentação extremista que conspira em toda pretensão dogmática.

## 2. IRONIA E PARADOXO

A história do pensamento não deve ser uma mera retrospectiva, isto é, um relato que culmina acriticamente no presente. Também não deve ser um relicário, depósito de vestígios sacralizados. Estes são procedimentos da apologia do atual. Fundam-se no mito do progresso do conhecimento e têm como critério básico de organização o binômio verdade-erro.

A Academia é, por seu turno, uma máquina de produção de certezas e de memorização; aquela forma de organizar o relato da história das idéias tem nela seu refúgio privilegiado.

A história do pensamento deve recuperar para *analisar e esquecer*; ela deve liberar o atual dos sintomas do passado. Ela deve ser teórica e orientada pelas dificuldades presentes. Num sentido profundo, *crítica e analítica*.

Deve, também, estar atenta para o fato de que todo processo racional desconhece seu resultado. Nele habita um coração otimista, mas um destino funesto. Toda intenção subjetiva é, sempre, surpreendida por um desfecho inesperado e paradoxal. A razão conspira, sem saber, contra suas me-

lhores intenções. A ironia reside nisto: em que ela é um processo objetivo de produção de paradoxos que tem no ironista uma expressão subjetiva e uma vítima privilegiada.

Sraffa é um bom exemplo. Em seu livro, a mercadoria-padrão é declarada mero instrumento auxiliar. No entanto, sem ela, sua teoria faz pouco sentido ou mergulha, como caso particular do equilíbrio geral, no sentido que quer recusar.

### 3. O DESTINO DA RAZÃO ECONOMISTA

A razão economista estiolou-se. Ela é, no seu melhor, um exercício de paradoxo e, no seu pior, um exercício de rigor lógico. Melhor dizendo, o paradoxo é sua função lúdica e criativa, seu erotismo; o rigor lógico é seu trabalho, sua função conservadora e repetitiva; seu tãatos.

O problema, como sempre, é que esta última se impõe e exclui. De fato, pode-se creditar a ela a morte recente de duas linhas de pesquisa heterodoxas: o marxismo e o neo-ricardianismo. Com isto, o pensamento economista volta a se resumir a seu *mainstream*, como nos tempos clássicos.

A análise do equilíbrio geral é, como quer o fundo da mentalidade economista, um paradoxo. Busca-se descrever a anarquia da produção capitalista pelo seu contrário, pela noção de equilíbrio. Isto é, a economia capitalista é tratada pelo que não pode ser. Isto permite uma visão rigorosa de seus limites teóricos, na impotência de sua descrição positiva. Tomá-la positivamente é, justamente, o grande erro de seus adversários e de seus epígonos menores.

É esta interpretação positiva do paradoxo a responsável pela mediocridade crescente do pensamento economista e de sua difusão acadêmica. Postula-se a veracidade de uma descrição que é positivamente desinteressante e, a rigor, absurda.

### 4. A PESQUISA DA MERCADORIA-PADRÃO

A pesquisa da mercadoria-padrão torna-se supérflua quando se impõe  $r = R(1 - w)$ . Isto porque esta relação só vale se  $w$  estiver sendo medido na mercadoria-padrão. Os preços relativos transformam-se em preços absolutos, mas apenas formalmente.

É bom lembrar que até aqui existe analogia entre o raciocínio de Ricardo e o de Sraffa. Isto é, Ricardo impunha (postulava) aquela relação sem saber que isto correspondia à existência implícita de uma medida invariável dos valores pela qual ele lutou toda a vida: “Profits cannot fall by other cause than the raising of wages.” A objeção de Marx sobre este ponto fica *ipso facto* afastada. Na verdade, a pesquisa da medida invariável do valor tem como sentido último o de dar fundamento a essa frase que não é, a rigor, um postulado, mas um teorema que pede demonstração.

O que a mercadoria-padrão demonstra, precisamente, é que a relação distributiva  $r(w)$  é *independente dos preços*, isto é, das quantidades relativas de mercadorias. Ela não é, portanto, expressão de uma técnica de produção; de uma *escassez relativa*.

Não há, na construção dos preços sraffianos, nenhuma hipótese sobre destinação do poder de compra. O que se reparte é o valor do excedente, sem nenhuma consideração de como ele é gasto. Os capitalistas gastam na mesma *coisa* que os trabalhadores. É verdade que se faz esta hipótese sobre a natureza da riqueza capitalista: a de que ela é indiferente quanto à utilização. Qualquer teoria que distinga por sua destinação útil (final) os gastos dos capitalistas dos gastos dos trabalhadores implica um retorno ao discurso neoclássico. É curioso que os representantes mais rigorosos dessa escola também admitem isto: “Os fundamentos das leis da repartição devem ser procurados não na natureza específica dos serviços prestados pelos diversos fatores, mas no fato comum de serem serviços prestados.”<sup>1</sup>

## 5. ARQUITETURA E MÉTODO DE RICARDO

Sraffa e Marx estão de acordo em considerar a arquitetura e o método dos *Princípios* como defeituosos, mas por diferentes razões.

Para Marx, a obra está delimitada em seu interesse e originalidade aos seis primeiros capítulos e, particularmente, aos dois primeiros. Sraffa abrange os 27 capítulos em sua discussão da arquitetura dos *Princípios*.

A interpretação de Sraffa está orientada para negar a leitura neoclássica de Ricardo; por isto, interessa-se principalmente pela ordem e numeração dos capítulos, pois nelas se obtém uma prova formal de que Ricardo “não mudou de idéia”, como pensam Hollander e Schumpeter. Para Sraffa, a ar-

quitetura se define formalmente; ela é defeituosa porque contém erros na ordem e numeração dos capítulos.

Esta é uma diferença básica, que se estabelece com a leitura de Marx, para quem a arquitetura dos *Princípios* se define conceitualmente; ela é defeituosa porque pressupõe as categorias que analisa (lucro, mercadoria e capital). Vale dizer que o texto não desenvolve essas categorias a partir de suas determinações primitivas. Marx, no fundo, exige que Ricardo antecipe sua teoria da mais-valia, e não percebe que este se situa em território diferente do seu. Não percebe também que a arquitetura dos *Princípios* dialoga com Adam Smith e está condicionada pela *Riqueza das nações*. O paralelismo entre a disposição dos capítulos da *Riqueza das nações* e dos *Princípios* só é rompido no tratamento da renda que, em Ricardo, se situa num ponto logicamente anterior ao de Smith.

A crítica de Marx é, desde sempre, uma crítica de conteúdo (categorial). O erro de construção é atribuído diretamente a um erro de substância. Esta crítica é, então, inteiramente dependente da justeza ou não da interpretação que faz Marx da teoria do valor de Ricardo, isto é, ela é um prolongamento imediato dela.

## 6. MARX E SRAFFA

Marx é o autor de *O capital: crítica da economia política*; Sraffa é o autor de *Produção de mercadorias por meio de mercadorias: prelúdio à crítica da teoria econômica*.

Eles se assemelham, como indicam os títulos de suas obras, em que, para ambos, a construção de um princípio positivo de análise do capitalismo é solidário a uma crítica à teoria econômica dominante. E aqui cessam as semelhanças de caráter metodológico.

Eles se diferenciam, por outro lado, uma vez que:

(1º) Em Marx, a proposição analítica é, essencialmente, uma interpretação positiva do capitalismo; ela tem valor heurístico e, como tal, vem substituir a interpretação então *en place*. Em Sraffa, a proposição analítica é apenas aparentemente positiva; ela tem valor teórico, e constitui o ambiente analítico que orienta a crítica. Como tal, visa enfraquecer o dogma vigente e prepará-lo para a crítica minuciosa.

(2º) A crítica, em Marx, está, no essencial, subordinada à proposição analítica. Ela é explícita, mas tem caráter auxiliar e valor tático como arma na substituição de uma teoria econômica — a dos economistas — por outra: a de Marx. Ela não tem vida própria, autonomia. A natureza da proposição analítica revela, então, seu caráter definitivo, dogmático.

A crítica, em Sraffa, está apenas indicada, ou melhor, contida em sua proposição positiva. Ela é implícita, mas tem caráter dominante e valor estratégico como máquina de destruição de toda teoria econômica. A proposição analítica é mero suporte técnico da crítica e revela, assim, sua natureza relacional, irônica e nihilista.

(3º) A crítica, em Marx, é de caráter principalista. Ela é dirigida às bases teóricas do discurso economista; ela pretende negar a validade de seus pressupostos. Faz isto recusando *in limine* o território adversário e, a rigor, desconhecendo-o. Ela implica fazer tábula rasa da história do pensamento; daí seu enorme trabalho de rememoração crítica que, no fundo, visa justificar seu sectarismo teórico.

A crítica, em Sraffa, é de natureza interna. Ela se dirige à lógica de construção do discurso economista; ela pretende mostrar seu absurdo. Faz isto aceitando, provisoriamente, o território adversário e, a rigor, extraindo suas últimas conseqüências. Ela implica aceitar criticamente a história do pensamento; daí poder evitar, por elipse, refazê-la. Isto lhe permite um máximo de tolerância teórica e um máximo de negatividade.

Paradoxalmente, portanto, é o pensador “dialético” profeta do “trabalho do negativo” — o mais positivo dos dois. O outro, o “neopositivista”, surge como mais profundamente negativo. Um quer impor uma nova verdade e uma nova ordem ao real; o outro quer impor o silêncio às impertinências sobre o real. O primeiro acredita que o real pode ser regulado pela verdade; o segundo acha que o real é o produto indeterminado de um eterno jogo de linguagem.

## 7. RICARDO: SEU MÉTODO E A TEORIA DA RENDA

A estrutura analítica da economia política clássica tem como eixo principal de construção a teoria da distribuição dos rendimentos sociais minimamente definidos: salários, lucros e renda da terra. Estes serão tratados como

elementos da repartição econômica de um excedente mercantil. A afirmação é válida e banal, sobretudo no que diz respeito à obra de David Ricardo. O que não é de senso comum é o modo de construção dessa obra e as exigências lógicas da teoria nela contida.

Essas exigências vão impor, desde o início, o enfrentamento de alguns obstáculos difíceis de superar. Eles deixarão marcas tanto no que diz respeito ao conteúdo econômico da teoria quanto no que diz respeito à ordem formal de sua exposição, isto é, definirão igualmente seu protocolo de pesquisa e de exposição.

É, por exemplo, característico da posição de Ricardo perceber a noção de preço como um *empecilho* a um estudo rigoroso da distribuição de renda em uma economia de mercado: “I know I will soon be stopped by the word price”, diz em carta a Malthus. O conceito de preço de produção ou valor que daí decorre aparece como primeiro movimento na direção de um estudo da repartição do excedente.

Isto é verdadeiro, também, a propósito da noção de renda da terra, que é percebida por Ricardo como obstáculo a uma teoria simples do lucro. A seu respeito ele dirá, em outra carta a Malthus, que “I must get rid of rent”. Sua teoria da renda é, do ponto de vista metodológico, uma manobra (bem-sucedida) para eliminar a renda da equação que determina o preço de produção.

## 8. CIÊNCIA INTERDISCIPLINAR

As tendências de simplificação e abstração provêm da *modéstia da ciência*, isto é, de uma de suas virtudes.

A vontade de totalização é abusiva; ciência interdisciplinar é uma expressão da vontade totalitária de conhecimento. Ela provém do orgulho da ciência, isto é, de um de seus vícios.

Nem mesmo a aparência do fenômeno pode coincidir com sua descrição total, ou seja, com sua complexidade. O “fenômeno em toda sua complexidade” é um absurdo e não pode ser apreendido racionalmente. A cartografia borgiana, há muito, já parodiou esta pretensão.

Marx refere-se ao método clássico como uma *abstração insuficiente*; ainda preso à superfície do fenômeno. No caso, o que parece ter havido é *abs-*



*tração exagerada* de sua parte. De fato, sua contabilidade em valor é inverificável e não-falsificável: uma metafísica da contabilidade social.

A ciência econômica faz apelo à matemática desde o início. Esta não representa uma intervenção impertinente em seu método. Ao contrário, sua aplicação insuficiente atrasou notoriamente muitos desenvolvimentos teóricos nessa ciência.

A impotência prática da ciência econômica adviria, então, de sua tendência à simplificação? De sua mania de modelo? De seu método abstrato? Seu olhar grosseiro seria incapaz de apreender a realidade social em todo seu complexo e delicado mecanismo, impedindo-a de compreendê-lo e, portanto, de agir eficazmente sobre ele? Essa seria uma ciência incapaz de normatividade e se reduziria, na melhor das hipóteses, a um *jeux d'esprit* belo, mas inconseqüente?

O “real em sua complexidade” é, por outro lado, extremamente maleável, uma substância plástica por excelência. Ele se deixa conduzir até mesmo pelo erro. É, aliás, por isto que regras práticas longamente exercidas podem ganhar afinal alguma eficácia. O “real em sua complexidade” aceita ações eficazes provindas de abstrações, sejam estas insuficientes ou exageradas.

Minha impressão é que, ao contrário, a impotência prática da teoria econômica deriva de sua insuficiência teórica, de sua falta de fundamento, e não de seu método. Seu método é hipotético-dedutivo e matemático *adequadamente*. Seu fundamento é, no entanto, autocontraditório. Ele quer extrair a noção de capital da noção de mercadoria e isto não pode ser. A razão principal dessa impotência ainda não é apenas esta. Ela é mais recôndita e está radicada exatamente em sua natureza normativa e paradoxal. O discurso economista é, basicamente, uma aplicação perversa do Direito Natural, e não uma versão aplicada do conceito politécnico. Seu *penchant* pela mecânica deriva diretamente da natureza quantitativa das relações sociais que escolheu examinar; seu método é essencialmente adequado a estas, como queria Hegel. Esta é sua humildade. Mas seu propósito é demonstrar por absurdo como agir fora do equilíbrio. O equilíbrio é sua norma impossível, seu ponto utópico: “Ne voyez-vous qu’il a fallu que fût promis infiniment plus qu’il ne pouvait jamais être accompli pour que seulement quelque chose pût s’accomplir dans le domaine de la connaissance?”<sup>2</sup> Ela ensina ao príncipe como o mundo deveria ser, insinuando ironicamente

(ceticamente) que ele não pode fazer nada a respeito. Esta é sua potência e sua anarquia. Destino de todo jogral...

### 9. UMA HIPERMETAFÍSICA DO CAPITALISMO

O discurso economista (liberal) constitui uma hipermetafísica do capitalismo. Ele implica sua abstração e idealização como toda metafísica, mas, ao invés desta, não se opõe ao seu sentido empírico. Vem, ao contrário, para desenvolvê-lo, busca ser seu critério. Não o quer condenar ou justificar, reformar ou melhorar, quer confirmar e desenvolver seu sentido eminentemente prático. Faz isto através de uma manobra alusiva e fabulosa; diz como deveria *impossivelmente* ser a produção da riqueza. Não constitui, assim, propriamente uma moral nem uma explicação. Está mais próximo da regra prática, do *princípio negativo* desta. Provém de uma vontade de construção de natureza irônica.

### 10. CIÊNCIA ECONÔMICA E ROMANTISMO

Atribui-se, em geral, ao desenvolvimento do capitalismo industrial inglês dos séculos XVIII e XIX a origem de uma reflexão teórica sobre seus fatos. A ciência econômica seria sua filha ideológica legítima e perfeitamente apta a propor seu conhecimento. Ela seria, ainda, anglo-saxônica por destino, fundada que estava em uma relação de adequação ou proximidade entre sua base prática, seu objeto, e sua produção intelectual. Esta interpretação é, exemplarmente, desenvolvida por Marx em *Teorias da mais-valia*. Descarta-se a produção teórica francesa e alemã do período cuja impotência científica é explicada pelo mesmo critério: o insuficiente desenvolvimento da relação capitalista nesses países condenaria o olhar de seus analistas a uma apreensão inadequada da anatomia interna dessas economias: “*de te fabula narratur...*” só pode ser dito do exílio. A experiência nacional subdesenvolvida como que ofusca o olhar teórico e o impede de perceber o que já se passa em plena luz do dia na Inglaterra. Ou então é o *fog* londrino que encobre muito mais que a paisagem inglesa, e também suas novas relações sociais não podem ser vistas além da Mancha.

A teoria do conhecimento aqui implicada sugere que é da interioridade geopolítica que a reflexão teórica extrai seu vigor. O observador precisa se

despir de suas características nacionais de origem e vestir as da nova pátria de adoção; ele precisa se exilar. Teoria para exilados. É uma certa familiaridade com a relação capitalista que impulsiona o pensamento na direção correta.

O que ainda vai constituir entrave é, na mesma linha de raciocínio, mas num segundo eixo de análise, sua exterioridade sociológica; o fato de que a ciência econômica representa uma posição de classe em oposição ao trabalho assalariado — este definido como a raiz da produção capitalista. O eixo sociológico é dinâmico e determinado pela luta de classes. A visão vai se tornando cada vez mais opaca à medida que se aproxima da extrema intimidade do fenômeno e que este mesmo evolui na direção de seu conflito interno. Uma espécie de catarata sociológica cresce na medida em que a verdade se apresenta como revelação indesejável, como indecência. O olhar da ciência econômica é crescentemente pudico e moralizante na análise da troca desigual. O economista científico (David Ricardo) é um descarado *voyeur* se comparado ao economista vulgar (Senior), seu sucessor.

Esta interpretação depende, então, de dois eixos de análise: um primeiro de caráter geopolítico, um segundo de natureza sociológica, mas sempre insistindo numa teoria da adequação e proximidade do olhar teórico. Adequado e próximo, o olhar científico deve ser *adjacente*. Ele, precisamente, deve *aderir* ao fenômeno. Não basta ser íntimo num sentido platônico; é preciso vivenciar intensamente o fenômeno para compreendê-lo. Trata-se, afinal, de uma teoria epidérmica do conhecimento; o olho é apenas um detalhe sensorialmente desenvolvido da pele, mas o que é preciso é *pôr-se na pele de*. Mas como pôr-se na pele quando não se está nela, quando não se é proletário? O proletário, ele mesmo, não pode *se pôr*; ele *já está aí* antes da reflexão crítica. É preciso que alguém o mimetize, o represente no pensamento, adote seu acento *cockney*. Mimese e histrionismo: qualidades especiais, idiossincráticas, incomuns. Coisa de gênio. Qualidades inusitadas e sem determinação geopolítica e sociológica.

Coisa de exilado. Mas é preciso também, como já disse, *aderir apaixonadamente*. É preciso ser romântico. Gênio, exilado, popular e romântico. Qualidades extremamente exclusivas, difíceis de se reproduzirem; o contrário da possibilidade democrática. Marx era assim e queria uma ciência assim...

### **11. PARADOXO E EQUILÍBRIO**

O vetor-preço de equilíbrio geral só pode ser adotado pelo mercado por um processo de desequilíbrio ou de modo puramente arbitrário. No modelo de equilíbrio geral, em rendimentos constantes, não há razão para a firma que não tem lucro puro aumentar sua produção quando aumenta a demanda.

O vetor-preço de equilíbrio geral é resultado da concorrência perfeita. Nesta, os agentes tomam os preços como dados. Quem os fixa, então?

### **12. DA POLÍTICA**

A idéia presente na literatura da investigação social do século XVIII de que o homem é dominado por paixões desenfreadas deve ser vista como hipótese que conduz o estudo do que fazer e do que se passa neste caso. A ciência política fica, então, definida como estudo da instabilidade dos regimes sociais, e a política como a arte de equilibrar as paixões e dirigi-las para os propósitos do príncipe.

### **13. TEORIA E CLAREZA**

A exigência de que se explicita qual a teoria presente num corpo analítico corresponde a mais que uma mera curiosidade ociosa. Ela está associada à percepção de que alguma teoria sempre informa uma visão e é importante que ela se mostre não apenas para que se possa adotá-la, mas também para que se possa criticá-la.

### **14. HEGEL E A ECONOMIA POLÍTICA**

A dialética hegeliana contém a idéia de que a história é independente da consciência dos indivíduos. Seu sentido caminha, em Hegel, pelo trabalho do espírito absoluto; em Marx é a luta de classes que impõe sua marcha.

Esta idéia parece uma aplicação direta da noção da economia política de que a organização social se produz como resultante não-intencional da ação descoordenada de indivíduos perseguindo fins obscuros (privados).

### **15. FISIOCRACIA E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO (HPE)**

A HPE ainda é, com a fisiocracia, um discurso auto-referido, narcisista e autobiográfico. Ela é, neste sentido, inteiramente subjetiva, apologética e dogmática.

Com Adam Smith, pela primeira vez sistematiza-se uma rememoração raciocinada, externa e objetiva do desenvolvimento da ciência econômica. Ela é, por isto mesmo, pela primeira vez crítica e analítica; busca a neutralidade científica. A teoria dos dois sistemas (mercantil e fisiocrata) é a moldura geral de uma atividade crítica e analítica que tem como objeto discursos que lhe são externos ou quase. Smith funda a HPE.

## 16. ORDEM NATURAL

A idéia de ordem natural nos clássicos não se esgota na mera afirmação ideológica da perenidade das relações burguesas de produção. Ela é, antes de tudo, a infra-estrutura conceitual que sustenta a análise das relações econômicas. Neste sentido, ela garante uma abrangência conceitual muito maior de seu modelo econômico do que a que caracteriza a tendência moderna a reduzi-lo às suas propriedades formais. Neste sentido, também, ela variou conforme escolas de pensamento; assim, o conceito fisiocrata de ordem natural difere muito do que se encontra em Adam Smith e Ricardo. De fato, esta idéia cumpriu, em geral, duas funções teóricas. No plano analítico, ela define as condições socioinstitucionais em que o mercado funciona. No plano formal, ela define os elementos teóricos que devem ser tomados como parâmetros para o sistema de preços de produção.

## 17. A NATUREZA MATEMÁTICA DO OBJETO ECONÔMICO

O que torna comensuráveis, no mercado, dois objetos tecnicamente diferentes, dois valores de uso? Aristóteles recusou a questão. A economia política deu duas respostas puramente lógicas ao problema: o trabalho abstrato e a utilidade marginal. A reconstrução sraffiana do discurso clássico descobriu mais uma: a resposta ricardiana. O preço é, para esta, um número que expressa uma relação entre quantidades de objetos produzidos para a venda, dada uma regra social de sua distribuição. Seja como for, os economistas responderam sempre que o que há por trás do preço é uma relação social de caráter quantitativo.

A relação econômica de compra e venda, característica de toda sociedade mercantil, se expressa diretamente — isto é, existencialmente — na série de números que constituem o vetor de preços a cada momento em vigor no mercado. Não há, neste caso, diferença ontológica entre o que se expressa e sua expressão matemática: o preço.

O objeto da mecânica clássica, por exemplo, o movimento, existe de modo não matemático, isto é, existencialmente não se expressa como número, mas como mero deslocamento de um corpo no espaço. Ele pode ser apreendido, por exemplo, por uma câmera cinematográfica.

O preço, ao contrário, é ontologicamente numérico. Um preço é a expressão numérica de uma relação social de natureza matemática. A economia política sendo a ciência das relações mercantis, a ciência da produção e repartição do valor de troca, é, *ipso facto*, uma ciência matemática: “La valeur d’échange est (...) une grandeur appréciable. Et si les mathématiques en général ont pour objet l’étude des grandeurs de ce genre, il est certain qu’il y a une branche des mathématiques, oubliée jusqu’ici par les mathématiciens, et non encore élaborée, qui est la théorie de la valeur d’échange.”<sup>3</sup>

As relações políticas podem ser rigorosamente definidas, mas não podem ser quantificadas. Seu material não pode ser reduzido a um denominador comum. As quantidades de poder político são qualitativamente diferentes e não podem ser homogeneizadas. Elas não encontram uma unidade socialmente aceita. Elas são incomensuráveis. Este é, aliás, o problema específico da ciência política.

A caracterização do objeto econômico como matemático é, no entanto, problemática. Malthus, por exemplo, afirma: “The science of political economy resembles more the sciences of morals and politics than the science of mathematics.”<sup>4</sup> A objeção está estribada numa argumentação de caráter eminentemente empirista que condena a “precipitate attempt to simplify and generalize”.<sup>5</sup>

Schumpeter, surpreendentemente, apóia esse ataque ao que Marx, ao contrário, chamou de abstração insuficiente e aponta aqui o “vício ricardiano”.

Toda essa questão sobre a natureza ontologicamente matemática do econômico ecoa a preocupação hegeliana de que o método só é válido, ainda que formalmente rigoroso, se corresponder a um desenvolvimento imanente do conteúdo tratado.

Tema fundamental do hegelianismo: o método verdadeiro não é aquele que desenvolve o conteúdo por uma reflexão (ainda que formalmente rigorosa) externa a ele, mas aquele que é constituído pelo desenvolvimento imanente do próprio conteúdo; aquele que respeita a finalidade interna do

processo que ele é essencialmente. A matemática não é, neste sentido, uma linguagem universal aplicável a todo e qualquer conteúdo arbitrariamente. Hegel ataca o formalismo por impor uma ordem ainda mais arbitrária que o empirismo que se atém, ao menos, às relações externas de justaposição.

O ataque à matematização da economia política é, neste sentido, hegeliano. Ele afirma a natureza não matemática do objeto economista e critica sua formalização como impertinência. O ataque é hegeliano e equivocado. Do ponto de vista descritivo e positivo, o objeto da economia política sempre foi a análise das relações sociais *quantitativas* no capitalismo. A teoria do valor constitui o núcleo dessa análise. Mesmo o conteúdo normativo dessa ciência apóia-se na formulação de leis matemáticas (o ótimo de Pareto, por exemplo). De fato, a formalização crescente da economia política é uma tendência interna ao seu objeto e decorre, em geral, de exigências da teoria do valor. Assim, a crítica à economia política deve-se ater aos seus aspectos teóricos, e não à vontade de axiomatização que caracteriza seu desenvolvimento moderno.

É verdade, por outro lado, que isso implica uma crescente rejeição da dimensão propriamente política do social no âmbito do discurso economista. Esta dimensão envolve considerações de natureza qualitativa que ainda não ganharam expressão numérica. Mas isto, mais uma vez, não decorre da matematização da ciência econômica, e sim de exigências próprias à construção da noção de mercadoria. Mais ainda, isto decorre mesmo de exigências profundas na instalação e perpetuação da economia política. A demonstração de que o príncipe é desonesto e incompetente, isto é, injusto — do ponto de vista das leis de persistência da sociedade burguesa — acarreta, no plano teórico, a eliminação do problema do poder político e de suas consequências. Assim, firma-se um saber tendo como objeto estritamente as relações quantitativas da sociedade e tendo como ideal a demonstração de sua necessidade e suficiência. A sociedade civil é econômica em sua essência e o Estado deve limitar-se a garantir seu funcionamento espontâneo (natural); o credo liberal encontra aqui sua expressão científica, ou seja, sua vontade máxima de persuasão racional. Note-se que a forma racional é, por seu turno e adequadamente, a forma liberal (voltairiana) de persuasão.

## 18. A BIFURCAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA

A partir da morte de David Ricardo, a economia política clássica entra num período de dificuldade crescente para entender seu próprio problema. Tudo se passa como se com Ricardo ela tivesse, ao mesmo tempo, atingido seu máximo de rigor e seu obstáculo geral. Os epígonos de Ricardo não conseguem resolver a questão sobre a medida invariável dos valores e responder à crítica de Bailey sobre a inconsistência ou absurdo do problema.

O processo de indefinição se arrasta por quase cinquenta anos até que, por volta dos anos 1867-1870, ocorre a famosa “bifurcação” do discurso da economia política. Tanto a revolução marginalista quanto Marx vão romper com a análise clássica. Em ambos os casos, a crítica se inicia pela constatação do absurdo do problema clássico, em consequência, pelo seu cancelamento. Em ambos os casos, toma-se a incompreensão dos economistas vulgares, ao mesmo tempo, como justificável e inconseqüente.

## 19. OS LIMITES DO LIBERALISMO

Num modelo em mercadoria é tautológico afirmar que o que institui a sociedade econômica é o mercado. O processo do mercado é a concorrência. Esta não é aperfeiçoável por decisão unilateral; neste sentido, ela é perfeita. Aqui, o ceticismo escocês com relação à política mostra sua melhor face.

Em condições de escassez, é razoável imaginar uma situação ideal em que qualquer agente econômico só possa melhorar às custas de outro. É, no entanto, até aqui, mero voto pio a hipótese de que o mercado produza necessariamente esta situação. É também desconhecido, até aqui, o efeito que possa ter a intervenção de agentes extra-econômicos na ordem instituída pela concorrência.

O mercado, reconhece-se, é produtor de eficiência. Duvida-se, justificadamente, que ele seja produtor de justiça. A sociedade certamente não se resume ao econômico e o ideal de justiça precisa produzir instâncias que não o mercado para atingi-la. Neste sentido, o mercado precisa ser regulado.

Os modelos em mercadoria têm, no entanto, um defeito ainda mais fundamental. Deles não se pode extrair a noção de capital. Este tem origem no dinheiro e, neste sentido, é uma agência extra-econômica, cuja função não é a de produzir mercadorias, mas distribuir o valor destas.



O erro fundamental do liberalismo é extrapolar para o plano social os critérios que seriam válidos apenas no plano econômico.

## **20. ECONOMIA POLÍTICA E EMPIRISMO**

O empirismo vive uma situação infeliz no âmbito de uma ciência que quer ser empírica e exata, mas não pode ser experimental. A noção de falsificável é um pobre recurso nesta situação.

## **21. A CURVA DE CUSTO MARSHALLIANA**

A questão genealógica “onde se origina a curva em U” não pode ser respondida com Marshall. Ela nasce, paradoxalmente, nas mãos de seu crítico, Sraffa, em seu artigo de 1925-1926.

Esse é o primeiro *constructor* de natureza irônica na HPE. Sraffa o utiliza para o desmonte da teoria do equilíbrio parcial. Depois de feito, ele passa o resto da vida como guardião da biblioteca que homenageia sua vítima.

A ironia não poupa sequer seus profetas...

## **22. A INEVITÁVEL HPE**

A recusa da história do pensamento econômico pelo saber dogmático hegemônico é puramente formal e idiossincrática.

Em substância, o pensamento econômico tem sempre voltado à sua origem. De fato, o avanço teórico moderno mais importante foi a demonstração de existência de um vetor de preços de equilíbrio (Arrow-Debreu e Sraffa) e a principal dificuldade é a demonstração de um mecanismo mercantil descentralizado que o adote. Questões do fundamento do discurso econômico.

Apesar de seu desprezo formal pela HPE, a ciência econômica está paralisada em sua fronteira analítica por suas questões de origem. Afinal, ironicamente, pode-se dizer que, de fato, sua história é desprezível, pois derrapa todo o tempo no problema de seu fundamento.

## **23. CIÊNCIA ECONÔMICA E CIÊNCIA POLÍTICA**

Benetti aponta, com razão, que o movimento profundo de instalação do discurso economista implicou a expulsão da moeda da sociedade civil. Isto

correspondeu a duas vontades. De um lado, recusar a aparência para instalar uma análise da essência das relações econômicas, isto é, fazer ciência. De outro, afastar o príncipe do âmbito das relações civis para provar sua impertinência.

Esta última teve efeitos definitivos sobre o destino das duas ciências que tratam do núcleo das relações sociais. Ela restringiu o discurso economista à análise de modelos mercantis. O que, talvez, esteja na raiz de suas dificuldades. Ela também impediu a apropriação pela ciência política do objeto por excelência de constituição do poder do príncipe: o dinheiro. O que, talvez, também esteja na raiz das dificuldades dessa ciência.

Dupla mutilação essencial. Uma análise das leis de produção e distribuição do dinheiro está totalmente ausente. No entanto, talvez seja este o único solo possível de uma ciência social analiticamente completa. O último mercantilismo esboçou, ingenuamente, esta possibilidade. Keynes faz as poucas sugestões modernas de que dispomos. Na falta assiste-se à ressurgência, de tempos em tempos, de modelos de racionalidade aplicada com ambições totalitárias; a teoria da escolha racional no passado, a teoria dos jogos na atualidade.

#### 24. VÍCIO RICARDIANO

Schumpeter é um historiador do pensamento econômico extremamente culto e inventivo, é um defensor da teoria do equilíbrio geral.

Sua noção de vício ricardiano é, claramente, um ataque ao que julga ser uma *insuficiência* da abstração ricardiana, seu ângulo limitado — sua *onesidedness*. Ricardo não é, no plano teórico, suficientemente geral e limita-se a construir um modelo *ad hoc* para defender o livre-cambismo. Seu método seria eminentemente teórico e crítico e quer resolver a *muddle* smithiana.<sup>6</sup> Para Schumpeter, a economia política inglesa é um erro e um desvio com relação à correta abstração continental. Ricardo é o homem do desvio.

Quanto a Senior, este está longe de ser um teórico que insiste em qualquer indeterminação provinda da complexidade do real. Para Schumpeter, é, ao contrário, praticamente o inventor de um método axiomático em economia.<sup>7</sup>

**NOTAS**

1. Wicksteed (1894), p. 7.
2. Nietzsche (1982), p. 300.
3. Walras (1952), p. 52.
4. Sraffa, *The Works of David Ricardo* (1954), v. II, p. 5.
5. Idem.
6. Schumpeter (1954), p. 471ss.
7. Idem, p. 484ss.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- MARX, K. (1975) *Le capital*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_ (1969) *Theories of Surplus Value*. Moscou: Progress Publishers.
- NIETZSCHE (1982) *Le Gai Savoir*. Paris: Galimard.
- RICARDO, D. (1951) *Principles of Political Economy and Taxation*. Works (IV). Cambridge: Cambridge University Press.
- SMITH, A. (1952) *A Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Londres: Cannan.
- SRAFFA, P. (1960) *Production des Marchandises par des Marchandises*. Paris: Dunod.
- \_\_\_\_\_ (1954) *The Works and the Correspondance of David Ricardo*. Cambridge University Press: Sraffa.
- SCHUMPETER, J. A. (1954) *History of Economy Analysis*. Nova York: Oxford, University Press.
- WALRAS, L. (1952) *Eléments d'Économie Politique Pure*. Paris: Libraire Général de Droit et de Jurisprudence.
- WICKSTEED, P. H. (1894) *The Coordination of the Laws of Distribution*. Londres: Routledge and Kegan.